

Entrevista com Henri Acserald¹DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17409478>**Henri Acserald²**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
 ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5774-5220>
 E-mail: hacsel@uol.com.br

Marcos Cristiano Zucarelli³

Fundação João Pinheiro (FJP)
 ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0664-730X>
 E-mail: marcos.zucarelli@fjp.mg.gov.br

Raquel Giffoni Pinto⁴

Universidade Federal Fluminense (UFF)
 ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0042-6143>
 E-mail: raquelgiffoni@id.uff.br



Mais um lindo dia ensolarado, contudo o vento ameno não é suficiente para aliviar a temperatura que já está alta na parte da manhã. O melhor é se refrescar com um banho de cachoeira nas águas frias e límpidas do riacho mais próximo. Esse cenário, que, em um passado recente, poderia ser relatado em uma diversidade de territórios, hoje é cada vez mais raro. Na concepção da vida moderna, o calor só “passa” com ar-condicionado ligado em um ambiente fechado. Os elementos do que se convencionou chamar de natureza são vistos para atender a outros fins. As necessidades do capital priorizam outras naturezas e impõem exigências cada vez mais dependentes da geração de energia. O admirado nascer do sol, agora, é procurado pelas placas fotovoltaicas automáticas que acompanham o movimento desse corpo celeste. A vazão dos rios e a altura de suas cachoeiras entram nos cálculos da engenharia e são transformadas em lagos artificiais de hidrelétricas. O vento que atenuava o calor, agora, é indesejado porque traz a poeira dispersa pelo movimento intensivo das máquinas nas cavas a céu aberto e nas pilhas de rejeitos das mineradoras, justificadas, agora, no contexto da transição energética para o “bem do meio ambiente”. Qualquer contestação é taxada de anacronismo. E assim as perspectivas desenvolvimentistas continuam reproduzindo suas versões “oficiais” sobre progresso, mudanças climáticas, crise ecológica e transição energética. Suas análises enviesadas prescrevem soluções pretensamente modernas, sempre com foco nos interesses do mercado e sem qualquer discussão que envolva as desigualdades de raça, gênero, poder, ou colonialidade. É nesse sentido que a designada “emergência climática”, ao contrário de seus ideais de redução imediata da emissão de gases de efeito estufa, substituição

¹ Entrevista realizada em 12 de outubro de 2025.

² Professor Titular do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território e Metre em Economia, ambos pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Estudos na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvimento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social. CV: <http://lattes.cnpq.br/2789652468369638>

³ Pós-doutor em Antropologia Social (2021-2024) pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMG (2018). Mestre em Sociologia (2006) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG). É Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5920586994834833>

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense e professora do curso de Ciência Ambiental (UFF). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFRJ. Pesquisadora do grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), do Coletivo de pesquisa Desigualdade Ambiental, Economia e Política (IPPUR/UFRJ) e do Laboratório Perisi: ecologia, conhecimento e democracia (UFF). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8798162232506263>

de combustíveis fósseis e restauração dos ecossistemas, é ressemantizada para acelerar o ritmo da expansão e do extrativismo de matéria e de energia, ao mesmo tempo ampliando os lucros das corporações e as violações socioambientais nos territórios.

Para compreender melhor esse processo e refletir sobre os novos movimentos do capital diante da crise climática, dos efeitos de poder da assim chamada “transição energética” e das possíveis saídas democráticas para essa crise, conversamos com Henri Acelrad, professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) e bolsista de Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-Sr) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em economia e doutor em planejamento, economia pública e organização do território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Henri Acelrad construiu uma trajetória acadêmica marcada pela interlocução entre diferentes campos do conhecimento, em permanente diálogo com movimentos sociais. É referência incontornável no debate sobre ecologia política e conflitos ambientais no Brasil. Pioneiro nas análises sobre desigualdades e injustiças ambientais no Brasil, sua perspectiva nos ajuda a compreender que as problemáticas ambientais estão invariavelmente entrelaçadas às estruturas de desigualdade presentes na sociedade. Por isso, sustenta que o enfrentamento efetivo das mudanças climáticas exige intervenções capazes de reverter as relações de poder e desmontar a distribuição assimétrica dos bens e dos riscos ambientais. Adiante, segue a entrevista concedida, generosamente, pelo Professor Henri Acelrad.

MZ | RG: O discurso da “transição energética” sugere que fontes de energia mais poluentes estariam sendo progressivamente substituídas por alternativas menos intensivas em carbono. No entanto, ao longo da história verifica-se, ao contrário, a expansão do uso de várias fontes. Alguns autores sugerem que, ao invés de “transição energética”, seria mais adequado dizer expansão de materiais (Fressoz, 2024) ou energia adicionada (York; Bell, 2019). Qual a sua reflexão sobre o atual discurso da “transição energética”?

HENRI ACSELRAD: A evocação do termo transição sugere passagem de uma matriz

energética a outra; supõe que as proporções ocupadas pelas diferentes fontes de energia se estariam alterando de forma significativa. Ora, desde que os combustíveis fósseis foram apontados como um dos grandes responsáveis pela crise climática, não é o que se tem observado. Há fortes sinais de que os esforços dos poderes políticos e econômicos estejam indo na direção de oferecer discursos que respondam às críticas recebidas e não propriamente de adotar mudanças; trata-se de difundir a impressão de que não há inação. Mas não temos visto medidas tendentes a refundar as bases energéticas das economias. Isto porque esta refundação, no caso presente, suporia obedecer a motivações que extrapolam o horizonte da lucratividade e da competição intercapitalista. Ela coloca em causa, na prática, dimensões que dizem respeito à própria lógica de operação destas economias, a saber a prevalência de grandes interesses privados sobre os coletivos. Abandonar fontes de energia lucrativas para o grande capital por razões ambientais e climáticas significaria deixar de lado os pressupostos de Adam Smith de que a satisfação do interesse coletivo decorre da plena satisfação dos interesses privados. Na parábola de Smith, temos acesso ao pão graças aos apetites privados de ganhos pelos padeiros. Só que, no caso do clima, enquanto as corporações do capitalismo fóssil acumulam lucros, os mais despossuídos recebem enchentes e furacões. Senão vejamos.

Sabe-se que os malefícios das práticas que emitem gases estufa foram inicialmente apontados por instituições do campo científico e entidades que militam no campo do meio ambiente; em seguida, com frequência crescente, passaram a ser denunciados com força por grupos que sofrem seus efeitos, aqueles expostos mais que proporcionalmente aos riscos de inundações, secas, furacões e outros eventos extremos. Acontece que os interesses dominantes, como

apontam os economistas heterodoxos do meio ambiente, não levam em consideração tais tipos de efeitos enquanto estes não afetarem o balanço das empresas. Ou seja, enquanto vigore um sistema de tomada de decisão que opera em acordo com o princípio do investimento lucrativo. Destes interesses não se pode esperar procedimentos outros que os de, sempre que possível, reduzir custos para si, ignorando as perdas que possam ser alocadas a terceiros ou à sociedade como um todo. Refiro-me aqui a autores como William Kapp, que designa por “custo social” a “todos os danos e consequências nocivas que comunidades venham a sofrer como resultado de processos produtivos e pelos quais os empresários privados não são facilmente responsabilizados”. Sabemos, por certo, que reduzir impactos ambientais, perdas afetivas, deslocamentos populacionais forçados etc. a esta noção contábil de “custo” significa deixar a descoberto os vastos sentidos de tais experiências, além de refletir ainda a hegemonia discursiva do campo econômico. Mas esta expressão não deixa de ajudar a por o dedo na ferida da discussão entre o que é mensurável e traduzível em dinheiro e o que não o é. O “social” do “custo” de autores como Kapp não deixa de abrir uma janela para a crítica do economicismo, contribuindo bastante para a construção da fronteira entre os campos econômico e não-econômicos como objeto de conhecimento, pesquisa e debate.

A economia convencional reconhece que os danos ambientais ocorrem como um subproduto da produção de bens e serviços e “que a satisfação do conjunto de necessidades tem um custo”. Para este tipo de teoria econômica, que supõe a inevitabilidade de algum nível de poluição e emissão, o nível dito “ótimo de poluição” - em nosso caso, de emissão de gases estufa - comporta a determinação de um “compromisso” entre um dado nível de atividade econômica e um “nível aceitável de externalidade”. Lembremo-nos que

nesta noção de externalidade estão contidas as formas específicas da sociabilidade capitalista que exprimem a colonização de espaços sociais em favor da acumulação de capital. Ou seja, o dito nível aceitável aquecimento da temperatura do planeta, em torno ao qual se espera um compromisso, representa a aceitação de uma penalização climática “de todos”, ou, como se faz cada vez mais visível, de terceiros determinados, em particular. Este discurso abstrato da economia convencional, não faz, entretanto, distinção analítica substantiva entre agentes produtores de danos e atores sociais que sofrem os danos. Como as perdas produzidas pelas decisões empresariais privadas atingem comunidades vulnerabilizadas em particular, a busca do chamado “ótimo social” na emissão de gases - a suposta atenuação dos “custos” para os quais os balanços das empresas são insensíveis - remete a injunções da órbita política. Conforme afirmou um dos autores do relatório do Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC) de 2022, “os trabalhos científicos demonstram cada vez mais claramente que as questões de justiça social, de migração, de desenvolvimento e de conflitos estão estreitamente entrelaçadas com a mudança climática e que as ciências sociais devem ser maciçamente mobilizadas para estes assuntos”. “São problemáticas eminentemente políticas que os climatologistas não podem prever com seus modelos matemáticos e que os tomadores de decisão não querem que sejam abordadas nos estudos do IPCC”. Poderíamos acrescentar que o discurso da “transição energética” não se mostra suficientemente convincente para cumprir o papel do que seria o compromisso político em busca do ótimo de emissões na própria perspectiva da economia convencional, inclusive pela ausência de uma participação forte dos povos atingidos no debate. E aqui estamos pensando não só na persistência substantiva do capitalismo fóssil, agora turbinado pelos ventos da crescente militarização das economias centrais, como nos processos

de expropriação de comunidades pesqueiras e tradicionais associados ao extrativismo verde das energias eólicas. Ou seja, na trajetória tecnológica histórica das fontes de energia, pela primeira vez, o desafio posto aos capitais é o de subordinar os interesses privados do complexo industrial-energético ao interesse coletivo da redução de emissões. As seguidas COPs – voltadas ao que a mídia chama de “casamento entre combate à crise climática e economia” - não se têm mostrado à altura do tamanho da reconfiguração que se requereria fazer da fronteira entre as esferas políticas e econômicas.

MZ | RG: O discurso da descarbonização remete aos fundamentos da teoria da modernização ecológica. Em um artigo recente, você propõe a ideia de “modernização climatológica do capitalismo”. Poderia detalhar um pouco mais sobre esse conceito? Trata-se de uma continuidade da noção de modernização ecológica ou há elementos novos que a diferenciam?

HENRI ACSELRAD: Antes de discutir a modernização ecológica e climatológica do capitalismo seria interessante falarmos dos processos de ambientalização de discursos, práticas, atores sociais e instituições, como também dos próprios problemas sociais. A noção de “ambientalização” tem servido para designar o modo como os diferentes atores sociais integram disputas classificatórias pela definição da legitimidade das práticas espaciais, atribuindo-lhes respectivamente caráter ambientalmente danoso ou benigno. Com as perspectivas que lhes são próprias, estes atores apontarão criticamente os modos de apropriação do espaço que eles creem afetar de forma danosa as condições ecológicas requeridas para o exercício de suas próprias práticas espaciais ou das práticas de terceiros. A questão pública do meio ambiente foi se constituindo pelo debate em torno à caracterização das práticas espaciais

que deveriam ser consideradas ambientalmente danosas, mas também pela delimitação dos espaços através dos quais são transmitidos os efeitos tidos por nocivos. Estes espaços são caracterizados por estarem situados fora da esfera da mercadoria, embora sendo indispensáveis à produção, integrando aquilo a que Marx chamou de condições coletivas e gerais da produção social, que envolvem os usos sociais das águas, do ar e dos sistemas vivos. Nos termos de Foucault, tratam-se de “espaços de interseção entre uma multiplicidade de indivíduos que vivem, trabalham e coexistem uns com os outros num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta”, mediando “a ação à distância de um corpo sobre outro”. Enquanto problema social, por outro lado, o termo meio ambiente passou a unificar questões em princípio diversas como poluição do ar, falta de saneamento, desmatamento, exposição a riscos de enchentes ou deslizamento, salinização de rios ou esgotamento da fertilidade dos solos. O clima, em particular, passou a fazer parte do debate ambiental – ele foi “ambientalizado” - quando, nos anos 1970, passou a ser visto como mediador de efeitos cruzados das práticas espaciais dos diferentes sujeitos entre si, por meio de temas como inverno nuclear, secas, chuvas ácidas, buraco de ozônio. Ou seja, quando se passou a discutir o fato que certas práticas de apropriação do espaço – do tipo desmatamento ou queima de combustíveis fósseis, por exemplo - produzem alterações climáticas que, por seus efeitos, comprometem as condições ecológicas de exercício das práticas espaciais de terceiros.

Isto posto, a modernização ecológica do capitalismo tem servido para designar o modo como as instituições correntes internalizaram a questão pública do meio ambiente – se ambientalizaram - celebrando a economia de mercado, o progresso técnico e o consenso político. Empreenderam, assim, uma operação discursiva

de transformação do que é apontado como uma restrição técnica à expansão do capital em um mecanismo motor da própria acumulação. O clima, por sua vez, foi incorporado às dinâmicas de modernização ecológica do capitalismo através dos mecanismos mais específicos do tripé proficiência técnica, eficiência energética e tecnologias verdes, com a adoção de abordagens pragmáticas, centradas no mercado de carbono e em mecanismos de compensação. A este processo, que remete às estratégias mais gerais da ambientalização do capitalismo e às estratégias mais específicas relativas à questão climática, podemos chamar de modernização climatológica do capitalismo, ou seja, o mecanismo pelo qual se foi construindo um consenso climático liberal e fazendo do clima uma oportunidade de negócios, de criação de ativos financeiros e de autolegitimação ambiental das corporações.

MZ | RG: Quais são as implicações da assim chamada “transição energética” para a formulação de políticas públicas efetivas no enfrentamento das mudanças climáticas?

HENRI ACSELRAD: Pela primeira vez, as razões apresentadas aos capitais para que estes mudem suas práticas – padrão tecnológico das fontes de energia; composição físico-química de mercadorias, limitação das práticas extensivas de ampliação de territórios ocupados por projetos monoculturais – não são intrínsecas às expectativas de lucratividade, eficiência de processos, economias de escala e imperativos da competição ou mesmo de gestão das relações salariais e busca de disciplinamento do trabalho. Tratam-se de razões alegadamente “de interesse geral” contrapostas à lógica intrínseca da acumulação privada de riqueza. O caráter geral desse interesse pressupõe o “mal maior” para o liberalismo econômico e o cálculo empresarial – a saber o estabelecimento de restrições à livre determinação de sua taxa de lucratividade.

Falar de transição energética significa pôr em questão dois eixos centrais da acumulação capitalista: a) o núcleo da acumulação intensiva, para a qual as fontes de energia, com um papel de destaque para os combustíveis fósseis, foram correntemente mobilizadas para o aumento da produtividade, a intensificação do trabalho e a aceleração da velocidade de rotação do capital; b) o modo de consumo prevalecente desde o pós-II Guerra, tendo o petróleo se tornado um dos sustentáculos da civilização do automóvel e da conformação das cidades, enquanto seus derivados tornavam-se componentes de boa parte dos bens de consumo de massa.

As políticas que se proponham a atender o interesse público no campo climático são aquelas que tenham por fim suspender a produção de agravos que atingem mais que proporcionalmente os grupos sociais vulnerabilizados. Isto implicaria em reduzir efetivamente o uso de combustíveis fósseis e, no que diz respeito às dinâmicas do desmatamento, interromper os processos de expansão das fronteiras da grande propriedade monocultural sobre áreas ocupadas por pequenos produtores, povos e comunidades tradicionais. A questão ambiental colocou em pauta um novo campo de ação: o do governo das relações entre os homens mediadas pelas coisas; em particular, pelo ar, águas e sistemas vivos, dimensões compartilhadas e não mercantis do espaço material, com forte potencial, portanto, de politização. Ao introduzirmos na trama os sujeitos políticos, e não apenas o Homem com H maiúsculo, podemos entender, por exemplo, o discurso de movimentos indígenas explicando que seu combate às mudanças climáticas é o combate contra os grandes projetos, os monocultivos que assoreiam os igarapés, extinguem a flora e a fauna, assim como contra a fumaça das termoeletricas que prejudicam as condições de vida das aldeias etc. É o caso dos porta-vozes do Conselho Indígena de Roraima, por exemplo, que assumem

seu papel de sujeitos, desenvolvendo planos de enfrentamento das mudanças climáticas – dizem eles - “por eles sofridas nas terras indígenas”, apontando aqueles que eles acreditam estar em sua origem e recusando o discurso da adaptação às mudanças por não se considerarem por elas responsáveis.

MZ|RG: Questões como desigualdades e racismo ambiental aparecem cada vez mais no debate público nacional, notadamente quando ocorrem grandes enchentes como as que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024. As associações entre justiça social e proteção ambiental já figuram em documentos das Nações Unidas e no discurso oficial de diversos governos. Você considera que essa incorporação representa uma mudança real no “clima” do debate ambiental?

HENRI ACSELRAD: O “clima discursivo”, por certo. Nomear os fatos é um modo de configurar um campo de discussão. Alguns autores diriam: uma forma de recortar o campo das experiências, construir um problema e propor um sentido para o debate. Ligar clima e desigualdade significa dar um passo na construção do quadro explicativo que poderia justificar as ações, situando-as num campo de forças mais inteligível. Passar a entender a questão climática como uma questão de justiça é bom. Mas falta ainda que se associe, ao vocabulário da desigualdade ambiental e da busca por justiça, o entendimento de que esta desigualdade está na raiz da indisposição dos poderosos a adotar medidas efetivas de mudança, ou seja, de redução do uso de combustíveis fósseis e de interrupção da expansão das fronteiras da despossessão de pequenos produtores, povos indígenas, comunidades tradicionais e moradores das periferias urbanas.

Como sustentam os movimentos por justiça ambiental no Brasil, enquanto for possível destinar os riscos e danos aos mais despossuídos, nada tenderá a mudar no modelo de desenvolvimento, do

ponto de vista das escolhas técnicas e locacionais. Ou seja, a geração de danos ambientais, incluindo aqueles associados às mudanças climáticas, tenderá a continuar enquanto os que sofrerem seus efeitos forem os menos representados nas esferas do poder. Enquanto os que detêm o poder de tomar as decisões relativas aos projetos econômicos puderem se afastar dos danos que produzem, transferindo-os sistematicamente para os mais desprotegidos, o freio de emergência não será puxado. Sabemos que os que sofrem os efeitos da emergência e fazem o alarme não têm correntemente acesso aos freios. Portanto, para combater a degradação ambiental em geral e evitar que a Terra se torne inabitável para todos haveria que se começar fortalecendo os direitos dos indígenas, das pessoas negras e dos mais despossuídos. Se a desigualdade ambiental é o que permite que o capitalismo se expanda sem freios, o combate a esta desigualdade pode operar como um freio à trajetória rumo a um possível colapso. Provavelmente, não será suficiente puxar o freio e reduzir a velocidade. Será necessário também mudar a direção do trem do desenvolvimento (Acelrad, 2024a, 2024b, 2025).

MZ|RG: Gostaríamos de agradecer imensamente a disponibilidade e a concessão da entrevista para a Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências, um periódico que chega ao seu terceiro ano – junto com a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-30), na cidade de Belém, Brasil – com o desafio de trazer temas relevantes para a comunidade acadêmica, mas principalmente para os gestores públicos. Foi uma honra contar com seu conhecimento e suas reflexões neste número.

Referências

ACSELRAD, Henri. O clima dos negócios. **A terra é redonda**, São Paulo, 22 dez. 2024a. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/46812-2/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ACSELRAD, Henri. O clima e os territórios da política. **A terra é redonda**, São Paulo, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-clima-e-os-territorios-da-politica/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ACSELRAD, Henri. Os lucros do capitalismo fóssil. **A terra é redonda**, São Paulo, 3 ago. 2024b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-preco-dos-lucros-do-capitalismo-fossil/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FRESSOZ, Jean-Baptiste. **Sans transition**: une nouvelle histoire de l'énergie. Paris: Seuil, 2024.

YORK, Richard; BELL, Shannon Elizabeth. Energy transitions or additions? Why a transition from fossil fuels requires more than the growth of renewable energy. **Energy Research & Social Science**, Amsterdam, v.51, p. 40-43, May 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629618312246>. Acesso em: 11 nov. 2025.